



A Semana

Operação abafa

Nem mesmo o *apartheid* financeiro imposto ao público na abertura dos Jogos do Rio, nesta sexta-feira (com ingressos que variavam de 3 mil reais a 4,6 mil reais) pareceu suficiente às cautelosas autoridades olímpicas para evitar o inevitável: vaias ao interino Michel Temer. Nem sequer os abonados, sabe-se, engolem o símbolo encarnado do golpe (leia pesquisa CartaCapital/Vox Populi a partir da pág. 30)

Tudo o que estava destinado ao rejeitado Temer, na cerimônia do Maracanã, era uma única frase capaz de ser vencida em 12 segundos. Os cortesãos, conhecendo o bacharel de Tietê, talvez temessem que ele viesse a esticar a fala com uma e outra de suas caudalosas e pernósticas mesóclises. Por isso mesmo, ensaiavam blindar Temer com uma cacofonia infernal de sons, ruídos, barulhos estridentes que abafassem a voz do povo.



Adereço de Aécio, o senador mineiro cita a Constituição que ele próprio avilta

Senado/ Golpe: mais do mesmo

Anastasia aprova na comissão relatório que repete o que ele já havia escrito

Condenado a servir como mero adereço do seu padrinho político, Aécio Neves, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) voltou do recesso parlamentar com invejável apetite para ocupar a berlinda. Na quinta 4, conseguiu votar – e aprovar – na comissão do *impeachment* do Senado o seu parecer a favor do prosseguimento da ação contra a presidenta legítima, Dilma Rousseff. As conclusões precisam ser confirmadas pelo plenário do Senado, por maioria simples de votos (41) para o golpe seguir seu curso.

Um apressado acordo selado por baixo dos panos entre o interino Temer e seu aliado Renan Calheiros, presidente do Senado,

pretende acelerar o rito parlamentar de forma a que o definitivo afastamento de Dilma seja votado até o dia 26 deste mês. O relatório do decorativo senador mineiro repete, sem surpresas, o que ele já tinha escrito antes, quando do afastamento de Dilma. Não aceitou sequer os relatórios de técnicos isentos, não partidários, que não viram o tal “crime de responsabilidade” nas ações do governo Dilma.

A única novidade de Anastasia foi, com sua retórica balofa, acusar a presidenta afastada de ter cometido “um autêntico atentado à Constituição” – ele, que, mais do que ninguém, é capaz de atropelar sistematicamente a Constituição em busca de um cantinho bem escuro na lata de lixo da História.

ANTONIO CRUZ/ABR, RODRIGO FÉLIX/UTURRA, PRESS/CONTEUDO EXPRESSO E JUAN BARRETO/AFP



10.8.2016

Lava Jato/ O processo do óbvio

Santana admite o que até Moro sabe: toda campanha eleitoral tem caixa 2

João Santana, invariavelmente apresentado pela mídia comprometida como “o marqueteiro do PT”, embora tenha trabalhado mundo afora, e a mulher dele, Monica Moura, que estavam presos desde fevereiro nas masmorras do juiz Sergio Moro, em Curitiba, deixaram a prisão na segunda 1º. Pagaram 31,5 milhões de reais de fiança – valor equivalente ao que a Justiça tinha bloqueado das contas do casal. João e Monica são réus da Operação Lava Jato, acusados

de receber no caixa 2 pelos serviços prestados em três campanhas presidenciais – a de Lula, em 2006, e as de Dilma em 2010 e 2014. O casal admitiu ter recebido 4,5 milhões de dólares “por fora” em 2010. O juiz Moro irritou-se quando, em um de seus depoimentos, Santana disse aquilo que todo mundo sabe, inclusive o próprio Moro: que não existe campanha eleitoral no Brasil sem caixa 2. O PT nega a acusação e diz que as contas da campanha de 2014 foram aprovadas pela Justiça Eleitoral.



Começa o ataque às cotas

Um governo branco e elitista pretende decidir, a partir de agora, quem é negro e quem não é. O Ministério do Planejamento do governo Temer vai criar comissões para esquadrihar os processos nos quais candidatos a concursos públicos e às universidades federais fazem valer o sistema de cotas. Uma lei do governo Dilma, de junho de 2014, destina 20% dos empregos na União a negros e pardos. O racismo embutido na nova norma da administração interina e o constrangimento a que os candidatos serão fatalmente submetidos antecipam o plano secreto dos golpistas: acabar, pura e simplesmente, com o sistema de cotas.

Santana, ao fundo, e Monica: fiança de 31,5 milhões de reais



Venezuela/ O IMPEACHMENT À MODA DELES

OPOSIÇÃO BUSCA EM REFERENDO DERRUBAR O GOVERNO MADURO

O referendo revogatório é o primeiro passo que a oposição venezuelana conseguiu dar no sentido de apagar do poder o presidente Nicolás Maduro, eleito pelo voto popular em abril de 2013. Na segunda 1º, o Conselho Nacional Eleitoral (o TSE do país) acolheu o requisito

inicial – as assinaturas de no mínimo 1% dos eleitores. Agora, a oposição precisa de 20% dos eleitores para que a consulta popular aconteça. É uma corrida de obstáculos: o referendo tem de ser aprovado antes de janeiro, quando Maduro completa metade do

mandato. O substituto de Hugo Chávez tem 20% de aprovação e a crise econômica, originada na queda do preço do petróleo, se aprofunda. Uma nova eleição presidencial será convocada se a oposição conseguir vencer o referendo dentro do prazo.

